

Revista
PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

v. 25 n. 2

Julho/Dezembro 2015

Rio de Janeiro

ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 2	p. 299-484	Jul/Dez 2015
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

O viés conservador nos aportes da economia solidária e das políticas públicas

Mariana Costa Carvalho

RESUMO

A discussão deste artigo aponta para a economia solidária como manifestação defensiva ao desemprego crônico numa perspectiva conservadora. A contextualização parte da crise do capital de 1970 que, para além das modificações nas relações econômicas e nas atribuições do Estado, impôs aos países um processo de reorganização do sistema ideológico e político de dominação. É nessa fase que situamos no Brasil, em meados de 1990, as condições materiais e objetivas para o surgimento das organizações do terceiro setor. Apontamos novas bases teóricas que, sob a perspectiva do conservadorismo contemporâneo, influenciam a composição das políticas públicas e da economia solidária, com destaque para a tese de Amartya Sen. Como pressupostos situamos a informalidade como expressão da questão social sob o comando da produção mercantil e, nessa direção, a relação existente entre as experiências brasileiras de economia solidária e a acumulação capitalista.

PALAVRAS-CHAVE
Reestruturação Produtiva.
Financeirização.
Economia Solidária.
Política Social.
Conservadorismo.

Recebido em 05/04/16.
Aprovado em 21/02/17.

Conservative bias in economics of contributions solidarity and public policy

This article discusses the solidary economy as a defensive manifestation to the chronic unemployment in a conservative perspective. The capital crisis from 1970, beyond the modifications in the economic relationships and State attributions, imposed countries to a reorganization process in the ideological and political systems. It is in this phase, around 1990, that we place Brazil, and the material and objective conditions necessary for the emergence of the third sector. We point to new theological bases that, under the perspective of contemporary conservatism, influence the composition of politics and solidary economy, with emphasis on the thesis of Amartya Sen. As assumed, we place the informality as expression of the social issue under the control of the commercial production, and, in this direction, the existent relationship between the Brazilian experiences of solidary economy and capital accumulation.

KEYWORDS Productive restructuring. Financialization. Solidary economy. Social politics. Conservatism.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 25	n. 2	p. 393-415	Jul/Dez 2015
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Introdução

Na era do capital mundializado, novas bases teóricas impuseram-se nos cenários intelectual, político e nas agendas governamentais, sendo objeto de estudo no âmbito das Ciências Sociais. Tais concepções acabam por influenciar a composição das políticas públicas a partir de meados de 1980, em que a perspectiva conservadora – aqui denominada de “conservadorismo contemporâneo” – se fortaleceu, anunciando que o Estado de Bem-Estar Social não se mostrou suficiente para resolver os problemas sociais. Novas teses são apresentadas trazendo a discussão do enfrentamento dos problemas sociais, como a pobreza e o desemprego.

É nesse contexto que a análise deste artigo aponta para a economia solidária como manifestação defensiva ao desemprego crônico¹ numa perspectiva conservadora. Parte do pressuposto da relação existente entre as experiências brasileiras de economia solidária e a acumulação capitalista, ainda que, comumente, esta relação apareça de forma implícita, pois não raras vezes é quase imperceptível a diferenciação das formas de exploração do trabalho.

Esse “encobertamento” da relação existente entre economia solidária e acumulação capitalista é potencializado por teses conservadoras, que auxiliam na propagação e na naturalização das práticas dotadas de precarização e fetiche, típicas da fase de financeirização do capital. Para que seja possível a problematização, partimos da contextualização do país da fase de proliferação das experiências autogestionárias, os anos 1990.

A partir da década de 1990 é notório, no Brasil, a proliferação de experiências de caráter autogestionário permeadas por um caráter de apelo à solidariedade e de participação do indivíduo. Tais experiências abarcam

1 O “desemprego crônico”, segundo Mészáros (2002), é uma das dimensões mais problemáticas das contradições atuais do capitalismo mundializado. Este movimento traz problema para a viabilidade da reprodução do sistema, assim como para a sobrevivência de amplas parcelas da classe trabalhadora.

não só propostas de gestão do trabalho diferenciadas das práticas capitalistas, a exemplo das cooperativas, associações e empresas recuperadas oriundas de massa falida, mas também abrangem outras organizações presentes no denominado Terceiro Setor – e aqui estamos falando das Organizações não Governamentais (ONGs), das micro e pequenas empresas, das fundações responsáveis pelo setor de responsabilidade social das empresas, do trabalho domiciliar, entre outras.

Um ponto comum nestas experiências, mas não apenas, refere-se ao caráter do apelo à solidariedade e à participação individual como sendo meios de mudança social. É uma espécie de apontamento, ou melhor, única alternativa de mudar a difícil realidade em que o indivíduo se encontra e também da sociedade, a partir da realização de atitudes e da adoção de novos valores, tendo como lema, nas palavras de Menezes (2007), o “faça você mesmo”.

Ao analisar o contexto de surgimento de tais experiências, Antunes (2007) ressalta que a denominada crise do fordismo e do keynesianismo foram expressões fenomênicas de um quadro mais complexo, exprimindo, em seu significado mais profundo, a crise estrutural do capital em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro. Os contornos mais evidentes de resposta à crise, a partir do advento do neoliberalismo, foram a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e o desmonte do setor produtivo estatal. Desta forma, inicia-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação.

É nessa fase de reorganização dos sistemas ideológico e político de dominação que situamos as condições materiais e objetivas para o surgimento das organizações do Terceiro Setor. Nessa fase do desenvolvimento da produção e da reprodução capitalista, mudanças são verificadas em relação ao papel do Estado e cabe mencionar que referem-se à garantia do processo de produção e de circulação de mercadorias. Trata-se de uma garantia que engloba, também, novos apontamentos para a elaboração e a execução de políticas públicas e, nesse campo, destacamos a economia solidária.

Alguns pontos merecem destaque para a reflexão: qual ideologia embasa as experiências de economia solidária e as formulações das políticas públicas? E, ainda, quais autores, com suas respectivas obras, fazem a defesa da ideologia que orienta tais práticas na contemporaneidade?

Nessa direção, destacamos a obra “Desenvolvimento como Liberdade”, de Amartya Sen (2000). A tese do autor abarca princípios de perspectiva

conservadora para explicar alguns fenômenos contemporâneos, a exemplo do desemprego. Tais princípios devem ser analisados de forma bastante cuidadosa, haja vista que estão presentes nas formulações utilizadas por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que realizam orientações de combate à pobreza².

As teses de perspectivas conservadoras apontam, para a população empobrecida, a romântica possibilidade de tornar-se um pequeno capitalista (sem detenção dos meios de produção, obviamente). Nas palavras de Abílio (2014), isso se refere à flexibilização do trabalho aliado ao empreendedorismo precário, orientado pelo horizonte da descartabilidade social, por meio da constituição do imenso contingente de trabalhadores informais que compõem as redes de produção e de acumulação.

A adoção de valores como, por exemplo, o empreendedorismo, acaba por culpabilizar o indivíduo pela sua situação de pobreza. Esse viés culpabilizante pode ser evidenciado nas propostas de política pública de economia solidária que, no Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (2002 a 2016), foi materializado nos programas de inclusão produtiva.

Valendo-se das interpretações que situam as experiências da economia solidária como sendo funcionais ao modo de produção capitalista, propõe-se uma discussão teórica sobre o lugar da ideologia conservadora, assim como o apontamento da presença do conservadorismo na elaboração e execução das políticas sociais públicas, em especial, do campo da economia solidária no Brasil. A perspectiva de análise é histórica, partindo do princípio que as experiências da denominada economia solidária se vinculam às transformações do modo de produção e reprodução capitalista.

Como horizonte, a discussão aponta para o debate atual das políticas ativas para o trabalho ou *workfare*, referindo-se à proposta da seguridade social brasileira de manter os trabalhadores ativos para o trabalho. Sendo a economia solidária, portanto, de acordo com Barbosa (2014), o mecanis-

2 Cabe destacar outros autores que, assim como Amartya Sen, possuem incidência nas prescrições dos organismos internacionais de combate à pobreza. Estamos falando de Giddens e Beck que, salvaguardando suas diferenças, possuem em comum uma leitura hegemônica da pobreza caracterizada pela perspectiva conservadora. BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.. LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p. 09-71.

mo de ativação para o trabalho, por meio da denominada inclusão produtiva, claramente apresentada no Programa Bolsa Família e no Plano Brasil Sem Miséria.

Precarização do trabalho e economia solidária: o lugar social da ideologia conservadora

Em nível mundial, desde os anos 1970, a sociedade capitalista tem passado por intensas modificações, tanto no âmbito estrito da organização e do mercado, quanto nos âmbitos político e social. Tais modificações constituem expressão fenomênica de uma crise estrutural do capital que tem na reestruturação produtiva a sua resposta como tentativa de superação da crise e da continuidade nos processos de exploração do trabalho e de acumulação de riqueza.

De acordo com Antunes (1999), a crise estrutural do período levou à implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, visando à recuperação do seu ciclo produtivo. Como resposta à crise da década de 1970, que colocou fim a onda longa de expansão econômica, o capital monopolista colocou em prática um conjunto de medidas que trouxe profundas transformações para a cena mundial. A partir desse período, a longa onda expansiva esgotou-se, as taxas de lucro declinaram e o crescimento econômico foi reduzido. Somado a esse quadro, houve pressão organizativa dos trabalhadores – nas décadas de 1960 e 1970, quando o movimento sindical teve significativo aumento nos países centrais, demandando aumento salarial e contestando a organização taylorista/fordista³ de produção.

Esgota-se o padrão rígido de acumulação consolidado nos anos dourados e inicia-se um novo padrão de acumulação de produção: a acumulação flexível, que nas palavras de Harvey (1992, p.140):

É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados

3 De acordo com Antunes (1999), a crise do fordismo e do keynesianismo são expressões fenomênicas de um cenário bem mais amplo e complexo. Trata-se da crise estrutural do capital, em que verificava-se uma tendência de decréscimo da taxa de lucro. Para o autor, era também a manifestação do sentido destrutivo da lógica capitalista.

e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões.

No Brasil, foi durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando à adoção, por parte das empresas, de novos padrões de organização. Dos modelos que compõem a chamada acumulação flexível, observamos que o modelo japonês foi o preponderante. Deu-se início, a princípio de forma mais restrita, à utilização da informatização e do sistema *just-in-time*, à produção baseada em *team work*, alicerçada em programas de qualidade total – Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e à ampliação e difusão da microeletrônica. Houve também a implantação dos métodos “participativos” que contêm mecanismos de “envolvimento” (adesão e sujeição) dos trabalhadores nas empresas.

É à base dessa flexibilidade, nos ressaltam Netto e Braz (2008), que opera-se a reestruturação produtiva. A produção rígida do fordismo/taylorismo é substituída por uma forma de produção destinada a mercados específicos, procurando atender as particularidades de consumo. Nesse novo processo, ocorre a desterritorialização do capital, em que unidades produtivas (parte ou total) são deslocadas para novos territórios, principalmente áreas subdesenvolvidas e periféricas, encontrando terreno fértil para a intensificação da exploração da força de trabalho. Outra implicação da flexibilização diz respeito à gestão da força de trabalho que recorre ao apelo para a participação e o envolvimento dos trabalhadores no sentido de reduzir a hierarquia, referindo-se aos operários como “colaboradores”, com o intuito final de quebrar a consciência de classe, estimulando, inclusive, o sindicalismo de empresa.

Sobre a fase contemporânea do desenvolvimento do sistema corrente, Chesnais (1996) faz uma importante análise do capitalismo contemporâneo para o entendimento da nova ordem mundial e, nessa direção, apresenta o conceito de mundialização do capital, fenômeno que ocorre a partir da década de 1970 e que, no Brasil, se consolida tardiamente, a partir de 1990.

O aumento do capital financeiro ocorre, de forma gradativa, a partir de 1940, em que se verificam as maiores taxas de lucro do capital. Não por acaso este período ficou conhecido como “anos dourados” ou “gloriosos anos”, pois ocorre um excessivo acúmulo de capitais que, não tendo pos-

sibilidades de se valorizar no setor produtivo (criador de riqueza), migra para a esfera financeira. A partir deste período, ocorre endividamento das famílias e soma-se a crise global do capitalismo a partir de 1980, reflexo da crise do petróleo (CHESNAIS, 1996).

Encontramos em Barbosa (2007), ao analisar os impactos no contexto brasileiro após 1990 no campo do trabalho, que o desemprego e a precarização fazem recuar os salários e as proteções dos contratos de trabalho. São fomentadas novas e diferenciadas formas de trabalho, cada vez mais complexas. O trabalho continua preponderante para a acumulação capitalista, alterando apenas as formas sociais por meio da diminuição do trabalho estável e do aumento da precarização que se baseia em contratos temporários, terceirizados e informais.

A década de 1990 é marco histórico para análise do contexto de surgimento das experiências de autogestão no Brasil. Período marcado pela diminuição dos investimentos do Estado em políticas públicas, aumento do desemprego e precarização do trabalho, aumento das privatizações, abertura aos mercados, sob o viés das formas flexíveis de produção e reprodução trazidas pela reestruturação produtiva. É diante desse contexto que os trabalhadores criam alternativas de inserção no trabalho, onde se inclui, como uma de suas modalidades, a economia solidária.

Para a construção da perspectiva de análise sobre a economia solidária no Brasil ressaltamos a ausência de unanimidade em relação a este conceito. Não há, portanto, um consenso em relação às experiências brasileiras de economia solidária e sim, a presença de diferentes perspectivas ideológicas. De um lado, existem aqueles que indicam que a economia solidária constitui-se como resistência dos setores populares diante da crise e da exclusão social, trazendo uma perspectiva de instauração de novas relações de trabalho visando à emancipação através da superação do trabalho subordinado. Destaca-se, neste campo, Paul Singer.

Por seu turno, existem estudos que, no âmbito do Serviço Social e sob o viés marxista, realizam crítica à economia solidária enquanto possibilidade emancipatória. Para estes autores constitui-se em equívoco a potencialidade que a economia solidária poderia trazer para superar, por meio das relações de trabalho desenvolvidas, a sociedade capitalista. Encontra-se este pensamento nas análises de Menezes (2007), Tavares (2004) e Barbosa (2007), análises para as quais buscamos aporte teórico.

A flexibilização do trabalho tem levado ao aumento das cooperativas, dos trabalhos familiares ou domiciliares e das pequenas empresas. Ainda que haja argumentação a respeito da autonomia presente nas relações de produção nesses tipos de trabalho, há prevalência da pressão do desemprego e a “liberdade” acaba por se esvaír diante da subordinação do processo de trabalho daquelas empresas mercantis contratantes (BARBOSA, 2007).

É um cenário com forte e crescente presença do trabalho informal. Uma elucidativa conceituação do trabalho informal pode ser encontrada em Tavares (2004). Segundo a autora⁴, esse setor representa um conjunto de atividades econômicas (englobando o trabalho autônomo, o trabalho assalariado, o trabalho domiciliar), em que não existe uma separação nítida entre o capital e o trabalho. O que é comum no setor informal é a ausência de regulamentação, a facilidade de acesso, o baixo nível de capital, a tecnologia e a produtividade, assim como precárias condições de ocupação e de renda para os indivíduos que o integram.

É um contexto em que há presença da cultura do autoemprego. Para Barbosa (2007), a cultura do autoemprego se embasa em dois eixos de sustentação: a defesa do trabalho por conta própria e a difusão da sociedade por conta própria. Estes eixos sustentam a ideia de que a busca pelo autoemprego é uma forma de enfrentamento da crise capitalista, ideia que acaba por refletir na economia solidária. Um merecido destaque nesse âmbito refere-se à concepção negativa dada ao Estado e a tudo o mais que tem caráter ou ligação com o setor público como os sindicatos, os partidos, as práticas partidárias, entre outras, o que acaba por propiciar propagações de iniciativas da sociedade civil.

De acordo com Tavares (2004), o trabalho autônomo traz a ideia de que os trabalhadores estão retomando o trabalho de forma independente, sendo que algumas categorias econômicas são colocadas em dúvida, principalmente as categorias marxistas. É como se a semântica conseguisse

4 Tavares (2004) explica, por exemplo, que o trabalho domiciliar amplia a exploração em situações que seriam impossíveis no ambiente da fábrica. Isto porque como são realizados em casa, a proximidade em relação à atividade acaba levando a um envolvimento de todos os membros, para que seja cumprida a cota de produção e esse fato pode levar à prática do trabalho infantil. As mulheres acabam sendo envolvidas pelas inúmeras atividades (as novas e as que já realizavam anteriormente), resultando em noites de trabalho e também em fins de semana; e por se tratar de uma produção doméstica não está sujeita à fiscalização dos organismos responsáveis.

mudar a realidade. Por exemplo, a ideia de que todos, individualmente, possam se tornar empresários e, como consequência, deixaria de existir a exploração da mais-valia.

A informalidade é a expressão maior da questão social estando ao comando direto da produção capitalista e levando o trabalhador a “deixar” a carteira assinada e “acreditar” que é autônomo. Os trabalhadores estão vendendo força de trabalho, acreditando que seja trabalho. Apenas a criação de mecanismos para a extração do sobretabalho não é suficiente sendo necessário propagar novas formas de trabalho supostamente autônomas (TAVARES, 2004).

Para Menezes (2007), as estratégias da economia solidária acabam por incorporar a acumulação do capital e ainda penalizam os trabalhadores pobres por sua situação de pobreza. Cabe ao projeto hegemônico convencer os trabalhadores de sua responsabilidade na barbárie social. Assim, para Menezes (2007, p. 23), a economia solidária obedece aos preceitos da lógica do capital, definindo-a como:

[...] um *projeto político* que tem como meta prioritária a acomodação e a conciliação com a ordem, tanto dos trabalhadores empregados quanto dos desempregados e miseráveis e, ao mesmo tempo, através da manipulação ideológica descobrirem que a solução para as suas desventuras só pode ser encontrada através de seu próprio empenho.

Para a autora, a economia solidária representa um projeto político de cunho salvacionista. A economia solidária tem, portanto, seus princípios retirados do anticapitalismo romântico e do socialismo utópico (tendência denominada pela autora de “olhar *retrô*”), que a transforma em poderosa arma de manipulação político-ideológica (MENEZES, 2007).

Constitui-se em um projeto político direcionado para a pobreza sendo, na realidade, um braço auxiliar de peso para articular as entidades que integram a “economia solidária” ao sistema financeiro público e privado através do crédito (sociedades de microcrédito) associado ao engodo ideológico do “empreendedorismo”, que transfere para o plano pessoal/individual a solução para o desemprego sob a fórmula mágica do autoemprego (MENEZES, 2007).

Barbosa (2007, p. 53) ainda nos traz que a lei do valor é avassaladora já que impõe a forma de exploração adequada – requisita ou expulsa os trabalhadores, e impõe a precarização ou recria a clandestinidade:

Todavia, os movimentos de expansão e contração do capital fazem e refazem espaços para as atividades não tipicamente capitalistas, evidenciando suas relações de subordinação com essa vida mercantil típica. Do ponto de vista liberal, porém, essa segmentação social é natural, pois é assim que se apresentam, é assim que funcionam a produção e a distribuição de riqueza, reafirmando o dualismo social, - uma vez que nem todos vão acompanhar as necessidades do capital - e a não-abrangência do acesso ao bem-estar. A ideologia empreendedora parece servir para fortalecer essa proposição, buscando a adesão e o consentimento à sua dissimulação nas práticas sociais concretas.

O debate sobre as capacidades individuais: a tese de Amartya Sen

A fase descrita sobre o desenvolvimento capitalista - crise e reestruturação produtiva - constitui-se em terreno fértil para o surgimento de teorias que buscam explicar alguns fenômenos contemporâneos, quais sejam: desemprego crônico, aumento expressivo da miséria, precarização das relações de trabalho, entre outros. Além de fazerem uma leitura da realidade, apontam para a execução de iniciativas, públicas e privadas, tendo como intuito superar as limitações e as dificuldades impostas para uma parcela significativa da sociedade.

É com esse intuito que destacamos as teorias de perspectiva conservadora que têm sido disseminadas na sociedade e apropriadas na elaboração das políticas públicas. Nessa direção, fazemos destaque para a tese de Amartya Sen, economista indiano, um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento e criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Recebeu o prêmio Nobel de economia por suas contribuições à teoria da decisão social e do *welfare state*. Seu livro “Desenvolvimento como Liberdade” baseia-se nas cinco conferências que proferiu em 1996 e uma complementar em 1997, como membro da presidência do Banco Mundial. As seis conferências foram organizadas em 12 capítulos dando origem ao livro.

A principal defesa da obra consiste na ideia de que a privação de direitos básicos está relacionada à privação da liberdade individual, portanto, a expansão da liberdade é considerada o fim e o meio para o desenvolvimento. Nesta direção, torna-se necessário reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate aos males presentes na sociedade, quais sejam: fomes coletivas e fome crônica, violação de liberdades políticas ele-

mentares e liberdades formais básicas, negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres, e ameaças graves ao meio ambiente e à sustentabilidade da vida econômica e social. Em última análise, a condição de agente dos indivíduos é central para lidar com essas privações, sendo que a condição de agente de cada um é limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas existentes (SEN, 2000).

Para que seja possível que ocorra o desenvolvimento, segundo o autor, é necessário a eliminação das privações de liberdades, entendidas como limitadoras das escolhas e das oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agente. Portanto, a eliminação das privações de liberdades é constitutiva do desenvolvimento, sendo os encadeamentos entre diferentes formas de liberdades empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos. A liberdade é considerada central para o processo de desenvolvimento por duas razões: a razão avaliatória, em que se verifica se houve aumento das liberdades das pessoas; e a razão da eficácia, em que a realização do desenvolvimento depende da condição de agente das pessoas. A obra enfoca a “capacidade humana” como uma expressão da liberdade. As oportunidades individuais de participações econômica e política podem ser complementadas pelas ações públicas, a exemplo das oportunidades sociais de educação e de assistência médica, favorecendo as iniciativas pessoais para vencer as privações (SEN, 2000).

Segundo o autor, a defesa do aumento da liberdade como sendo essencial para avaliar a mudança econômica e social não é algo novo, destacando que Adam Smith tratou das liberdades humanas, assim como fez Karl Marx em muitas de suas obras ao ressaltar a importância de “substituir o domínio das circunstâncias e do acaso sobre os indivíduos pelo domínio dos indivíduos sobre o acaso e as circunstâncias” (MARX, 1844; 1875 *apud* SEN, 2000, p. 328). Também Friedrich Hayek situou a realização do progresso econômico em uma formulação muito geral de liberdades formais e liberdades substantivas. Aponta ainda vários economistas que teriam salientado a importância da liberdade de escolha como critério para o desenvolvimento.

O autor traz que o desenvolvimento deve relacionar-se, sobretudo, com a melhora da qualidade de vida, assim como, das liberdades que as pessoas desfrutam. A expansão da liberdade leva a uma vida mais rica e desimpedida, permitindo que os indivíduos se tornem seres sociais mais complexos e

com interação e influência com o mundo. Entre as formas de privações de liberdade, cita a liberdade política e os direitos civis básicos, cujas ausências acometem um enorme número de pessoas. Aponta que a democracia e os direitos políticos auxiliam no impedimento da ocorrência das fomes coletivas e demais desastres de caráter econômico e que a negação das liberdades políticas e civis são uma deficiência, na medida que estas são elementos constitutivos da liberdade humana (SEN, 2000).

A análise da obra considera as liberdades dos indivíduos como elementos constitutivos e atenta-se para a expansão das capacidades das pessoas para levar o tipo de vida que elas valorizam. As políticas públicas podem aumentar tais capacidades e, ao mesmo tempo, a direção da política pública poderá sofrer influência pelo uso das capacidades de participação do povo. Assim, o autor pressupõe a avaliação do êxito ou do fracasso de uma sociedade a partir das liberdades substantivas que os membros desta sociedade desfrutam. Outra relevante consideração da liberdade substantiva refere-se ao papel determinante que possui da iniciativa individual e da eficácia social. “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 33). O autor utiliza o termo “agente” defendendo seu sentido como aquele que descreve o indivíduo “que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não” (p. 34). O papel de condição de agente atribuído ao indivíduo influencia as questões da política pública.

Sen (2000, p. 41) defende a privação de capacidades básicas como causadora da pobreza, ou seja, criticando as análises que indicam apenas a baixa renda como causa da pobreza, mas destaca, sobre a vinculação entres estas, considerações distintas já que a renda constitui-se em importantíssimo meio para a obtenção de capacidades:

[...] a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a “qualidade de vida”, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem. O enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas, e não apenas na renda e na riqueza, pode parecer um afastamento das tradições estabelecidas na economia, e em certo sentido é mesmo (especialmente se forem feitas comparações com

algumas das análises mais rigorosas centralizadas na renda que podemos encontrar na economia contemporânea). Mas, na verdade, essas abordagens mais amplas estão em sintonia com as linhas de análise que têm sido parte da economia profissional desde o princípio.

Temos, dessa forma, que a negação das oportunidades econômicas e as consequências favoráveis oferecidas pelo mercado pode levar à situação de privações para as pessoas. A liberdade individual é considerada um produto social, existindo uma relação de mão dupla entre as disposições sociais que expandem as liberdades individuais e o uso destas liberdades para melhorar a vida e tornar mais eficazes as disposições sociais. A eficácia da liberdade como instrumento considera a existência de inter-relações entre os diferentes tipos de liberdade.

O autor destaca como sendo liberdades instrumentais as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora. Estas aumentam as capacidades das pessoas e se complementam, reforçando umas às outras. Nesse contexto, o crescimento econômico auxilia na elevação da renda e na possibilidade de financiamento estatal da seguridade social e na intervenção governamental ativa.

Na análise da justiça social, considerada na elaboração de políticas públicas, deve ser considerada a vantagem individual em função das capacidades do indivíduo, o que reforça a ideia da garantia das liberdades substantivas para levar o tipo de vida que se valoriza. Conforme Sen (2000, p. 126):

A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a nortear as privações humanas mais raras e menos pungentes.

É na importância fundamental na liberdade que o autor situa a defesa da liberdade das transações de mercado e, ainda, defende que a liberdade básica de transação pode ter crucial importância para o sentido libertador que o mercado de trabalho pode ter. A defesa da democracia tem destaque na obra, pois esta cria oportunidades para que o indivíduo possa exercer seu papel de agente, e seu fortalecimento é componente essencial para o processo de desenvolvimento.

Sen (2000, p. 298) realiza a defesa do sistema capitalista, destacando a contribuição dos sistemas de normas e valores e da ética capitalista para as realizações benéficas do sistema:

Embora o capitalismo com frequência seja visto como um sistema que só funciona com base na ganância de todos, o funcionamento eficiente da economia capitalista depende, na verdade, de poderosos sistemas de valores e normas. Com efeito, conceber o capitalismo como nada mais do que um sistema baseado em um conglomerado de comportamento ganancioso é subestimar imensamente a ética do capitalismo, que contribui enormemente para suas formidáveis realizações.

Obviamente estava claro para os primeiros defensores do capitalismo que algo mais do que o desencadeamento da cobiça está presente na emergência e no desenvolvimento do sistema capitalista. Os liberais de Manchester não lutavam apenas pela vitória e pela ganância e do amor-próprio. Sua concepção da humanidade incorporava uma esfera de valores mais ampla. Embora talvez tenham sido excessivamente otimistas com respeito ao que os seres humanos podem fazer – e farão – quando deixados por conta própria, *eles estavam certos ao ver uma certa espontaneidade nos sentimentos que as pessoas têm umas pelas outras e ao cogitar na possibilidade de uma compreensão esclarecida da necessidade do comportamento mutuamente benéfico (sem interferência do Estado)* (p. 298-299) (Grifos nossos).

Sobre a interdependência entre liberdade e responsabilidade, o autor traz as seguintes questões: “Uma pessoa não deveria ser inteiramente responsável por aquilo que lhe acontece?” “Por que outros deveriam ser responsáveis por influenciar a vida dessa pessoa?” E discorre que a concepção do esforço pessoal encaixa-se bem no espírito da época atual, destacando que alguns afirmam que depender de terceiros é eticamente problemático e derrotista do ponto de vista prático, enfraquecendo a iniciativa e os esforços individuais, assim como, o respeito próprio. Para Sen (2000, p. 321-322):

Quem melhor do que o próprio indivíduo há de zelar por seus interesses e problemas? Uma divisão de responsabilidades que ponha o fardo de cuidar do interesse de uma pessoa sobre os ombros de outra pode acarretar a perda de vários aspectos importantes como motivação, envolvimento e autoconhecimento que a própria pessoa pode estar em posição única de possuir. Qualquer afirmação de responsabilidade social que substitua a responsabilidade individual só pode ser, em graus variados, contrapudente. Não existe substituto para a responsabilidade individual.

Ainda no entendimento de Sen (2000, p. 322), as liberdades desfrutadas pelas pessoas para exercerem as responsabilidades são dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais:

[...] Assim, o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas pode ser considerado um argumento em favor da responsabilidade individual. A alternativa ao apoio exclusivo na responsabilidade individual não é o chamado “Estado babá”. Existe diferença entre “pajear” as escolhas de um indivíduo e criar oportunidades de escolha e decisões substantivas para as pessoas que poderão agir de modo responsável sustentando-se nessa base. *O comprometimento social com a liberdade individual não precisa atuar apenas por meio do Estado, devendo envolver outras instituições: organizações políticas e sociais, disposições de bases comunitárias, instituições não governamentais de vários tipos, a mídia e outros meios de comunicação e entendimento público, bem como as instituições que permitem o funcionamento de mercados e relações contratuais.* A visão arbitrariamente restrita de responsabilidade individual – com o indivíduo posto em uma ilha imaginária, sem ser ajudado nem estorvado por outros – tem de ser ampliada, reconhecendo-se não meramente o papel do Estado, mas também as funções de outras instituições e agentes (Grifos nossos).

Ao discorrer sobre “Justiça, liberdade e responsabilidade”, temos que as políticas econômicas, como responsabilidade social, devem ser orientadas para fins de proporcionar oportunidades de emprego. Entretanto, em última análise, é de responsabilidade do indivíduo decidir que uso fazer das oportunidades de emprego e quais opções de trabalho escolher. Aponta que a privação de oportunidades de educação básica a uma criança, assim como de serviços essenciais de saúde a um enfermo, são falhas da responsabilidade social. Porém, “a utilização exata do que se conseguiu em educação e saúde só pode ser determinada pela própria pessoa” (SEN, 2000, p. 327).

Outra relação discutida refere-se ao “capital humano” e à “capacidade humana”, sendo o enfoque da obra na “capacidade humana” como uma expressão da liberdade. Simplificando bastante, de acordo com Sen (2000, p. 332):

[...] a literatura sobre capital humano tende a concentrar-se na atuação dos seres humanos para aumentar as possibilidades de produção. A perspectiva da capacidade humana, por sua vez, concentra-se no potencial – a liberdade substantiva – das pessoas para levar a vida que elas têm razão para valorizar e para melhorar as escolhas reais que elas possuem. Essas duas perspectivas não podem deixar

de estar relacionadas, uma vez que ambas se ocupam do papel dos seres humanos e, em particular, dos potenciais efetivos que eles realizam e adquirem. Mas o aferidor usado na avaliação concentra-se em realizações diferentes.

As pessoas têm potencial para fazer, ou para ser, determinadas coisas que elas valorizam dadas as suas características pessoais, origens sociais, situação econômica, entre outras. Destaca que a razão para valorizar pode ser direta, e aqui o funcionamento pode enriquecer de forma direta a vida, citando como exemplo, uma pessoa bem nutrida ou sadia; ou pode ser indireta, em que o funcionamento pode contribuir para o aumento da produção ou na obtenção de melhor preço no mercado, e na visão de Sen (2000, p. 335):

Importa ressaltar também o papel instrumental da expansão de capacidades na geração da mudança *social* (indo muito além da mudança *econômica*). De fato, o papel dos seres humanos, mesmo como instrumento de mudança, pode ir muito além da produção econômica (para a qual comumente aponta a perspectiva do “capital humano”) e incluir o desenvolvimento social e político.

Com estas questões, mas não apenas, Amartya Sen (2000, p. 336) apresenta e realiza análise e defesa do desenvolvimento, considerado como “um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas”. Discute, também, as implicações que esta abordagem tem para a análise das políticas e, ainda, para a compreensão das relações econômicas, políticas e sociais. É clara a presença da preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais, considerando o desenvolvimento como um sério compromisso com as possibilidades de liberdade.

O pensamento conservador na composição das políticas públicas: uma ênfase na economia solidária

Para o entendimento da perspectiva conservadora na composição das políticas públicas, torna-se necessário discorrer, ainda que brevemente, sobre o conservadorismo contemporâneo e, ainda, sobre algumas características e funcionalidades do Estado na fase mundializada do capital.

Encontramos em Escorsim Netto (2011), que o conservadorismo contemporâneo tem suas raízes no conservadorismo clássico, referindo-se à expressão cultural, complexa e diferenciada, de um preciso tempo e espaço sócio-histórico, qual seja: o período de configuração da sociedade

burguesa. Entretanto, muitas são as diferenças entre o conservadorismo contemporâneo e o clássico, sendo a característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo o fato de que “ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 16).

É exatamente esta característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo destacado pela autora supracitada, qual seja “oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 16), que nos interessa nessa discussão. Significa que o embasamento da composição das políticas públicas tem um viés conservador, haja vista a culpabilização do indivíduo pela sua situação de pobreza que é somada à defesa de uma intervenção estatal residual e focalizada. Defesas estas que são claramente encontradas na tese de Amartya Sen.

Sobre a intervenção do Estado, encontramos em Mandel (1982) que uma das características do capitalismo tardio é a suscetibilidade crescente do sistema social a crises econômicas e políticas, crises estas que se constituem em ameaças diretas ao modo de produção capitalista. Como consequência, o Estado possui a função vital, em sua fase tardia, de administrar as crises abarcando um arsenal de políticas governamentais – políticas anticíclicas, que possuem como objetivo evitar, ou mesmo adiar, um retorno brusco e catastrófico como o ocorrido em 1929.

Esse processo de esforço permanente de impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção do capital envolve o ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. É nesse sentido que o Estado possui a função integradora das classes dominadas, conforme Mandel (1982, p. 341):

Assim o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, “parceiro social” ou “cidadão” (e, *ipso-facto*, sustentáculo da ordem social vigente) etc. O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia.

O papel do Estado de garantia da manutenção da ordem do capital vai absorvendo uma série de funções que abarcam não apenas a difusão da ideologia burguesa, mas o fomento de políticas públicas que buscam aquecer o mercado por meio da garantia de renda mínima para que o indivíduo desprovido de trabalho e de renda possa consumir. Desta forma, temos no fo-

mento das políticas públicas de economia solidária, e aqui também podemos situar as de transferência de renda (com destaque para o Bolsa-Família): a garantia de renda mínima e a movimentação do microcrédito, que garantem a reprodução do trabalhador e o consumo (movimentação do mercado).

Barbosa (2007) destaca que o campo da economia solidária traz a questão da necessidade de se pensar na ativação de créditos para este segmento específico, já que a dificuldade de acesso ao crédito apresenta-se como um dificultador para muitos empreendimentos. E aqui temos o debate sobre microcréditos e instituições financeiras locais que constituem-se em modalidades financeiras próprias, envolvendo crédito, poupança e seguro, para trabalhadores não-assalariados e os desempregados. “Dubiamente, parece a instituição de dois mundos financeiros e ao mesmo tempo a expansão da capitalização para o conjunto social” (BARBOSA, 2007, p. 167).

O resultado do estudo da autora aponta para o fomento de cooperativas de crédito localizadas, sinalizando a potencialidade de tornar o território local um campo de investimento econômico e de mobilização de negócios, favorecendo “o próprio retorno, a liquidez e a rentabilidade das organizações financeiras interessadas nessa fatia de mercado – porque, de fato, é disso que se trata também” (BARBOSA, 2007, p. 169).

Siqueira (2013, p. 135), ao fazer relação entre neodesenvolvimentismo, empoderamento e microcrédito, destaca o papel deste último para o combate à pobreza, sinalizando sobre a tese de Amartya Sen:

O microcrédito consiste em pequenos créditos, de forma flexível, desburocratizada e com juros baixos, para as populações mais carentes, como forma de permitir o financiamento de atividades produtivas, educativas e outras, que os créditos comuns não permitem. O microcrédito permitiria às famílias e aos indivíduos a geração de fontes de renda, a construção de moradias, o acesso à escola etc., promovendo-se assim a *realização* das pessoas, ou seja a *liberdade*, fundamento do *desenvolvimento*, na concepção do autor.

Desta forma, o Estado, os bancos e as agências multilaterais vêm modificando visivelmente as suas funções, assim como as relações com outras instituições e com a sociedade, seguindo os movimentos e os ditames da produção e da reprodução capitalista. Sobre estas modificações, destacamos o papel desempenhado por estas instituições em contexto de crise e de neoliberalismo no combate a pobreza.

Siqueira (2013, p. 117), ao discorrer sobre o combate à pobreza num cenário de avanço neoliberal, ressalta a retração das atribuições do Estado em relação aos gastos sociais e, nesse contexto, destaca o papel do Banco Mundial⁵ (BM), “[...] as agências multilaterais se consagram como as mais apropriadas para promover ações e políticas de ‘alívio à pobreza’, ou seja: ‘ajuda internacional’ mediante transferência de capitais e tecnologia”. Desta forma o Banco Mundial vem tornando-se o principal promotor das denominadas “políticas de combate à pobreza”.

O objetivo de fomento e da promoção das políticas de combate à pobreza estão incluídos nos documentos produzidos pelo Banco Mundial. Por meio de articulação com os governos nacionais financiam projetos nos países, auxiliam na atração de investimentos privados (coinvestimentos) e realizam aconselhamentos, econômico e técnico, aos países membros. O interesse pelo combate à pobreza pelo Banco Mundial é verificado a partir da década de 1970, sendo que a estratégia do relatório de 1990 abarca a transferência de renda, a atividade laborativa e a promoção de atividades vinculadas à assistência social. Importante ressaltar que o êxito das ações depende da fiel execução das diretrizes, pois esta consubstancia-se em condição para o recebimento da “ajuda” liberada pelos organismos internacionais. A proposta é a redução (alívio) da pobreza extrema com pouco ônus para os países centrais, sem a imposição de limites à acumulação capitalista, e com aumento da dependência dos países “assistidos”. Para Siqueira (2013, p. 119):

Ou seja, ao definir como e em que estes recursos serão empregados, a instituição multilateral impõe aos “clientes” pobres uma determinada modalidade de “trabalho” e de “assistência”, elementos-chaves da sua proposta de combate à pobreza, assim como exigências e condicionalidades para as políticas econômica e social desses países “assistidos”, esta estratégia marcou a política do BM de combate à pobreza nos anos 1990.

5 A criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) data do fim da Segunda Guerra Mundial, com objetivo inicial voltado para a reconstrução da Europa, ou seja, momento decisivo para a economia capitalista. Entretanto, ao longo dos anos, suas ações foram direcionadas para a erradicação da pobreza nos denominados países periféricos. O BIRD se dividiu em Banco Mundial e Banco para Investimentos Internacionais – e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O destaque mais importante aqui refere-se ao fato das ações das instituições citadas estarem sempre entrelaçadas aos grandes investimentos financeiros do capital (SIQUEIRA, 2013).

É relevante expor que, conforme Siqueira (2013), após uma década, o BM admitiu em 2000/2001 as dificuldades no combate à pobreza, esclarecendo não ter atingido as metas de redução da pobreza tendo, ao contrário, ocorrido aumento do número de pobres. A estratégia anterior, que baseava-se na oferta de trabalho e assistência social, em 2000, modifica-se para a promoção de oportunidades, a facilitação da busca por autonomia e o aumento da segurança dos pobres.

Ocorre a ampliação do conceito de pobreza que passa a abranger outros aspectos, reconhecendo que a pobreza vai além da ausência de renda ou do desenvolvimento humano inadequado abarcando a vulnerabilidade, a falta de voz e a representação. Para o BM, a maior responsabilidade para o não cumprimento das metas de combate à pobreza são os Estados nacionais, dada a ineficiência dos governantes dos países pobres. A nova estratégia que se apresenta é a desconsideração do papel de agente do Estado na proteção dos pobres em detrimento da possibilidade de espécie de empoderamento das próprias comunidades no sentido de reverter a situação de vulnerabilidade (SIQUEIRA, 2013).

Nessa discussão da relação da economia solidária com a gestão da pobreza é importante destacar a tendência verificada na contemporaneidade, a saber: a novidade aponta para a execução de políticas públicas de ativação para o trabalho.

As políticas ativas para o trabalho têm suas origens na sociedade norte-americana na década de 1970, tendo avançado para outras economias a partir de 1990, em contexto de crise estrutural do capital. A perspectiva é de associação entre o acesso aos serviços sociais com as contrapartidas dos indivíduos a partir da busca por trabalho ou por qualificação laborativa. As políticas estariam operando o deslocamento do Estado social para o Estado *workfareano*, materializando-se em novos contornos para os direitos sociais - trabalho e seguridade social conforme Barbosa (2014, p. 128):

Em termos genéricos, as *políticas ativas* constituem em ações públicas que estimulam comportamentos e contrapartidas da população aos benefícios sociais. A base da regulação está sustentada na retribuição ao benefício, por meio de um “comportamento ativo” em relação ao trabalho (ou à qualificação para o trabalho). O argumento é que as políticas de ativação visam fazer o trânsito da situação de desemprego para o ingresso em atividade laborativa e, ao mesmo tempo elas operam a desqualificação da seguridade social inalienável do cidadão como foi construído pelas lutas sociais do longo Século XX.

O cenário de emergência é do Estado neoliberal, com execução de medidas compensatórias e residuais para as situações de pobreza e de trabalho precarizado. O argumento de Barbosa (2014, p. 129) é que: “a desregulamentação econômica e a retração do bem-estar abrangem também o controle da força de trabalho ociosa, deixando-a ativa para o trabalho, seja ele qual for”.

A autora acrescenta que as políticas de ativação para o trabalho se inserem em um quadro mais geral de “remodelação do Estado”, ou seja, transição para os Estados mais *workfareanos*. E, para tratar do tema, a narrativa do governo mobiliza artefatos linguísticos que, no caso do Brasil, abriga-se na terminologia “inclusão produtiva”, bastante explícito no Programa Bolsa-Família e no Plano Brasil Sem Miséria. Estes acabam por explicitar, claramente, o dispositivo de ativação para o trabalho como horizonte para a ação pública de enfrentamento do pauperismo.

Considerações finais

De acordo com Mézaros (2002), o traço marcante do capitalismo é a total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca e para que essa lógica funcione o capital deve exercer comando sobre o trabalho. Nessa direção, a Lei Geral da Acumulação Capitalista, de Marx, tem demonstrado sua extrema atualidade: uma considerável ampliação da força de trabalho em contraposição a uma intensificação nos níveis de exploração da classe trabalhadora.

Para Mézaros (2006), é com a flexibilização que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, em que o trabalhador é abandonado e tem que negociar seu salário e o tempo que vai dedicar ao trabalho. Sujeitos a todas as vicissitudes e oscilações conjunturais e estruturais do mercado de trabalho capitalista, os trabalhadores buscam alternativas. A economia solidária inscreve-se nesse campo.

Mediatizadas pelos reflexos da reestruturação produtiva, as experiências de economia solidária são capturadas pelo movimento de produção e reprodução capitalista no sentido de responder às demandas postas pelo próprio capital em momento de crise. As práticas de caráter autogestionário e de apelo à solidariedade apontam para a realização do indivíduo como consumidor e, dessa forma, há o aquecimento do mercado e o barateamento com políticas públicas assistenciais.

Em contexto de crescente pauperização há necessidade de movimentação do mercado que relaciona-se ao apelo à solidariedade e ao estímulo ao empreendedorismo. Como resposta por parte do Estado, sua reconfiguração perpassa por ações de propagação do ideário do indivíduo empreendedor por meio da cultura do autoemprego e, aqui, destacamos a funcionalidade das teses conservadoras, como a de Amartya Sen. Soma-se o fomento da economia solidária como política pública e investimentos privados para a movimentação do microcrédito.

Destacamos que algumas palavras que vêm sendo, recorrentemente, propagadas na contemporaneidade como “agente”, “empreendedor”, “capacidade”, “capital humano”, entre outras, trazem um viés de culpabilização do indivíduo pobre pela sua situação de pobreza. Soma-se uma intervenção estatal cada vez mais residual. Estes aspectos têm sido reforçados pelas teses contemporâneas de viés extremamente conservador e têm sido utilizadas nas formulações, execuções e avaliações de políticas públicas no Brasil.

O viés conservador nos aportes das políticas públicas, em especial as de economia solidária, é evidenciado na responsabilização individual expressa no incentivo ao empreendedorismo, característica marcante das políticas de trabalho no Brasil.

As atuais respostas do Estado brasileiro têm apontado para a direção da implementação das políticas de ativação para o trabalho e, nessa direção, Estados *workfareanos*, haja vista os planos implementados pelos governos nos campos da assistência social e seguridade social. O que fortalece, a nosso ver, a defesa mencionada, qual seja: em fase de financeirização do capital, as experiências de economia solidária se materializam como manifestação defensiva ao desemprego crônico numa perspectiva conservadora.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, L. C. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Fapesp, 2014.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBOSA, R. N. de C. *A economia solidária como política pública: uma*

tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, R. N. de C. O lugar da economia solidária na nova gestão da pobreza e do trabalho. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Orgs.). *A intersectorialidade da agenda das políticas sociais*. São Paulo: Papel Social, 2014.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma modernização reflexiva. In: GIDDENS, A. LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENEZES, M. T. C. G. de. *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIQUEIRA, L. *Pobreza e Serviço Social*. 1. Ed. Cortez Editora: São Paulo, 2013.

TAVARES, M. A. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

* Mariana Costa Carvalho é Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora.
<marianaccarvalho@yahoo.com.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Leila Rodrigues da Silva

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Andréa Teixeira
VICE-DIRETORA
Sheila Backx
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Ludmila Fontenele Cavalcanti (ESS-UFRJ)
Joana Garcia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

Foto de capa: Moradores de rua da capital paulista fazem mobilização na Praça da Sé para reivindicar políticas sociais de apoio à população em situação de rua. São Paulo, SP. Agosto de 2012 - Marcelo Camargo/ABr